

**Conselho Estadual de Saúde – CES/ES**  
**ATA – 84ª Reunião Extraordinária – Ano 2020**  
**12 de novembro de 2020**

Aos 12 (doze) dias do mês de novembro do ano de 2020 (dois mil e vinte), às 14 (quatorze) horas, o Conselho Estadual de Saúde – CES/ES reuniu-se, on-line pela plataforma digital :  
<https://us02web.zoom.us/j/86052813281?pwd=cno4VVZxWkR5VUZxK1VKaU9CRHNPZz09> para a sua 84ª (octogésima quarta) Reunião Extraordinária no período de 14 às 18 horas, sob a Presidência da Conselheira Milene da Silva Weck Terra e secretariada pelo Secretário Executivo Alexandre de Oliveira Fraga, com a presença dos (as) conselheiros (as): José Tadeu Marino (SESA), Vera Lúcia Peruch (SESA), , Fabiano Ribeiro dos Santos (SESA), Beatriz Zandonade Jarske (FEHOFES), Darcy Viqueti Fassarela (FEHOFES), Bartolomeu Martins Lima (Ministério da Saúde), Maurício Aquino Paganotti (SIMES), Maria Maruza Carlesso (SINFES), Willian Fontes (SINDPSI-ES), Tatiana Peixoto Carvalho Tibúrcio (SINDIENFERMEIROS), Valeska Fernandes Morais (SINDIENFERMEIROS), Eliana Baptista (SINODONTO), Luiz Tupinambá Bittencourt da Silva (SINDIPÚBLICOS), Magna Nery Manoeli (SINDIPÚBLICOS), Debora Randov de Oliveira (FETAES), Elci Lobão Medeiro (CUT), Milene da Silva Weck (SINDIUPES), Rute Cristina de Queiroz Costa (SINDIUPES), Adilson Mendes Coelho (SINTESES), Silvio Nascimento Ferreira (ASSOPAES), Mansour Cadais Filho (SINDINAPI/ES), Denice Silva Gonçalves (MOSAVE), Gilson Mesquita de Faria (GRUPAES), Wilton Alvarenga Drumond (GRUPAES), Alexandre Martins Costa (Força Sindical), Elizabeth Regina Lopes (Mitra), Sheila Mara Rodrigues Godinho (MITRA), Ligia Pereira Andreati (FEAPAE) Justificaram a ausência: Nésio Fernandes de Medeiros Junior (SESA), Paulo Roberto Alves Guimarães (SESA), Luiz Carlos Reblin (SESA), Ricardo Ewald (FEHOFES), Marília Coser Mansour (Ministério da Saúde), Karina Daleprani Espíndula (COSEMS/ES), Ida Cecília Baioco (MOSAVE) e Sidney Parreiras de Oliveira (Força Sindical). Verificado o quórum regimental pelo Secretário Executivo, foi dado início a seção, sendo examinado o Item 1 – Proposta de recomendação sobre o retorno das aulas na educação básica nas redes de ensino no Estado do Espírito Santo: A presidente Milene da Silva Weck Terra inicia seu relato comunicando que os conselheiros receberam a minuta de recomendação para leitura previa. Opina que a minuta previa coisas importantes incluindo a saúde física dos estudantes, profissionais e familiares na educação e também as condições inadequadas nas escolas e que não são realizadas vistorias para verificar as adequações sanitárias contidas no protocolo. Informa que antes da minuta conseguir ser votada o governo do estado liberou o retorno das aulas presenciais e que estão havendo casos de contaminação e diz ainda que estão faltando vagas de leito de Covid, inclusive na grande vitória, situação preocupante que precisa ser revista com um olhar diferenciado. É colocado em tela a minuta e é explicado que a minuta seria apresentada em outra reunião, mas não houve a apresentação devido ao pedido de vistas feito pelo Conselheiro Reblin e que nesse momento seria feito a finalização. Esclarece ainda que quando recomendações ou moções são propostas nas reuniões os conselheiros podem estar propondo alterações. Explica ainda que alguns estavam entendendo que seria uma outra resolução e que aí caberia pedido de vista destacando que o posicionamento do Conselheiro Reblin era contrário a minuta de recomendação, podendo os presentes votarem conforme o parecer dele ou conforme o que considerarem, o documento então continua apresentado em tela e a recomendação proposta era a suspensão das aulas presenciais que retornaram em 2020. Posteriormente a explanação relacionada ao documento contendo a Proposta de recomendação sobre o retorno das aulas na educação básica nas redes de ensino no Estado do Espírito Santo, foi então facultada a fala aos conselheiros inscritos. O Conselheiro Luís Tupinambá informa que primeiro pediu esclarecimento e depois pediu inscrição e que fora de contexto foi falado sobre o ponto de pauta da apresentação das comissões, que não haveria relato ou participação das comissões. E o segundo, pergunta sobre a afirmação da decadência de leitões, indagando a

proponente em qual fonte ela achou as informações sobre a falta de leitos. Foi respondido que em relação a falta de leitos, foram recebidos relatos de situações de pacientes aguardando leitos na grande vitória e na iminência de transferência para outra região bem distante. Em relação as comissões, foi respondido que houve uma organização da pauta na reunião da mesa diretora e que foi decidido que na reunião de hoje seriam apresentados só os relatos de documentos que já foram definidos e o que está pendente irá para outra reunião. O Conselheiro Mansour manifesta que entende a preocupação da Presidente e que se preocupa em ter documentos com dados completos e oficiais sobre a covid. O Conselheiro Luiz faz considerações sobre o texto apresentado destacando o ponto que trata sobre o crescimento da covid e opinando sobre a importância da testagem para o controle, incluindo nesta testagem os assintomáticos. O conselheiro opina também que teria que ser desenvolvido um novo debate com o governo e destaca que a sociedade vem sendo responsabilizada na questão do aumento de casos. A Conselheira Maruza destaca que ainda é tempo e é válido votar a recomendação. O Conselheiro Gilson diz achar desnecessário ficar debatendo pois todos tomaram conhecimento prévio do conteúdo. Parabeniza a proponente pelas colocações opinando que estão representando o controle social e que demais cobranças deverão ser feitas em 2021. A conselheira Elizabeth corrobora com as colocações do Conselheiro Gilson e diz ser importante colocar pontos de pauta que produzam avanços para a população, incluindo a atenção básica. O conselheiro Tadeu destaca que não faltou e que não estão faltando leitos para covid e discorre sobre dados, remanejamento e regulação e opina que o documento tem que ter bases técnicas científicas e que não é recomendado o fechamento das escolas devido ao aumento da fome nas periferias. Após as considerações e a fala final da proponente dando destaque a alguns pontos abordados anteriormente, a recomendação foi encaminhada ao pleno para ser votada. Os Conselheiros Tadeu e Gilson fizeram declaração de votos, sendo que Tadeu declarou voto contrário e Gilson declarou voto favorável. A recomendação foi então aprovada tendo 12 (doze) votos a favor, 6 (seis) votos Contrários e 2 (duas) abstenções. Foi passado para o segundo ponto de pauta: 2 – Relato das Comissões e comitês intersetoriais do CES- A Conselheira Maria Maruza Carlesso, coordenadora da Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, apresentou em tela o documento com a proposta de recomendação contendo a lista de doenças relacionadas ao trabalho informando que este documento foi previamente encaminhado para o e-mail dos conselheiros Após explanar sobre o mesmo, abordando sobre o movimento realizado no Brasil em prol da aprovação e informando que a CISTT já havia trabalhado em diversos considerandos e informando também que na proposta enviada aos presentes não foi citada a Resolução 643 de 02-09-2020 que é do Conselho Nacional de Saúde que também fala da restituição dessa lista, a proposta de recomendação contendo a lista de doenças relacionadas ao trabalho, foi aprovada com 19 votos a favor, não houve votos contrários e nem abstenções. A Conselheira Maruza também projetou em tela o documento contendo o Protocolo de segurança para retorno as atividades presenciais – CES- que também foi enviado previamente por e-mail para o conhecimento dos conselheiros e durante a projeção do documento em tela, foi informando que este documento também foi examinado pela CISTT. O documento com seus quarenta e um itens e subdivisões foi apreciado por todos e foi facultado o momento para fala dos conselheiros, conforme inscrição. Diante disso foi destacado pelo Conselheiro Tadeu ser importante manter suspensas as reuniões presenciais. O conselheiro Gilson destacou a importância em se evitar aglomerações, incluindo evitar o TRANSCOL lotado. A conselheira Maruza salienta que as medidas recomendadas no documento serão colocadas em pratica, havendo o retorno presencial das atividades. O conselheiro Luís Tupinambá destacou em sua fala ser importante levar o documento apresentado para a mesa de negociações do SUS. Após as falas dos inscritos o documento destacando o protocolo de segurança para retorno as atividades presenciais no CES, foi aprovado com 15 votos a favor, 02 votos por abstenção e nenhum (zero) voto contrário. Neste mesmo item foi solicitado e foram feitas declarações de votos pelo conselheiro Gilson Mesquita e pela Conselheira

Denice, que votaram favorável à proposta. A conselheira vera neste mesmo item declarou sua abstenção justificando que no momento da votação teve um problema em sua internet e informou que o conselheiro Tadeu precisou se retirar para uma reunião de subsecretários, sendo então informado pela secretaria executiva que foram 15 ( quinze) o número de votos favoráveis e que foram 3 ( três ) abstenções. Seguidamente a Conselheira Denice da Silva Gonçalves coordenadora da CISMU – Comissão Intersetorial de Saúde da Mulher - afirmou que cinquenta e três por cento da população capixaba são mulheres e também projetou em tela um documento prévio apontando Comunicações Internas expedidas pelo Comitê e o retorno da SESA em relação as mesmas, ou seja, se foram ou não foram respondidas. A conselheira destacou que foi respondido o documento que solicitou informações sobre a maternidade na Serra. Após os destaques dados pela Coordenadora Denice em relação ao que foi ou não respondido e sobre o teste do pezinho que foi o último pedido feito pela CISMU e demais trabalhos empreendidos pelo comitê a conselheira também fez abordagens referentes ao SRT – Serviço de Residência Terapêutica - e sobre a comissão de primeira infância, informando que encaminhou a última ata para o conselho. Foi facultada a fala aos conselheiros, conforme inscrição previa, tratando sobre a explanação referente a CISMU. Os inscritos foram o conselheiro William, o conselheiro Mansour , a Conselheira Milene e o conselheiro Luiz que fizeram considerações sobre o trabalho da CISMU, destacando o quanto o trabalho é fundamental e de grande responsabilidade, sendo um espaço com boa dinâmica participativa com outras pessoas convidadas e parabenizando a coordenadora e também emitindo opiniões e sugestões inclusive sobre o teste do pezinho, Sobre a violência contra as mulheres e o suicídio como questões importantes no debate. A conselheira e coordenadora do comitê, Denice, agradeceu o reconhecimento proferido pelos conselheiros sobre o trabalho que vem sendo realizado pela CISMU e esclareceu questões pertinentes a fala dirigida pelo conselheiro Willian e dos demais inscritos. Seguidamente o Conselheiro Mansour Cadais Filho, atual Coordenador do comitê Intersetorial de Municipalização assumiu a fala e projetou em tela a última ata de reunião deste comitê ocorrida em 20.10.2020 abordando os registros pertinentes a esta ata e dando destaque a organização da decima conferencia estadual de saúde no ES e ao calendário proposto pelo comitê para a realização dessa conferencia, salientando também sobre a dotação orçamentaria para este fim. Opinou ainda que deve ser feita uma recomendação admitindo a prorrogação dos mandatos dos conselheiros municipais. em virtude das limitações do momento. A Presidente pediu sua inscrição e parabenizou ao conselheiro pela iniciativa sobre as conferencias. 3 - O terceiro ponto de pauta que pretendia tratar sobre a Avaliação das ações de combate ao Covid 19 no ES não foi efetivado e o pleno passou para a análise do quarto ponto de pauta dessa reunião tratando sobre: 4 - Desmembramento da comissão intersectorial de saúde, meio ambiente, vigilância e farmacoepidemiologia. Neste interim o conselheiro Willian fontes que é o atual coordenador do comitê argumentou sobre a proposta de desmembramento deste comitê informando que foi pensada essa proposta de desmembramento por se tratar de três assuntos em um só comitê, opinando que não houve adesão de demais conselheiros para a composição do comitê devido a junção dos três temas. O conselheiro William destacou a importância de ter pessoas em número suficiente para tocar essa comissão, que no momento não tem, opinando que com o desmembramento os conselheiros iriam sentir mais motivação para aderir aos temas em separado. Após as abordagens proferidas pelo conselheiro Willian inclusive ressaltando achar importante que o comitê tenha uma assessoria de comunicação providenciada pela SESA e que seja regimentada a obrigatoriedade da participação dos conselheiros em pelo menos um comitê. O secretário executivo Alexandre Fraga de Oliveira solicitou oportunidade para esclarecimento e explicou o porquê este comitê passou a funcionar com os temas em conjunto, opinando que podem ser convidados outros atores sociais para participarem dos debates e explicou ainda que qualquer alteração necessitaria de mudança no regimento conforme o artigo (29) - vinte e nove- do regimento interno do CES e ressaltou também que havia nesse

momento insuficiência de quórum, havendo no momento quinze participantes na reunião impossibilitando possível deliberação para este item. A Conselheira Elizabeth, também inscrita para a fala, se colocou a disposição para entrar em alguma comissão e ressaltou ser importante usar melhor o tempo de reuniões e que não vê a necessidade de formalidades que podem carregar subjacente o desrespeito. Também se inscreveram e fizeram abordagens sobre o assunto a Conselheira Maruza e o conselheiro Luiz que corroboraram com a fala do conselheiro Willian. A Conselheira Vera reforçou que foram discutidas possibilidades para o trabalho do comitê incluindo o projeto de fortalecimento para o controle social e informou que o comitê já tem o esboço do plano de trabalho preparado. O Conselheiro Mansour também esboçou opiniões sobre o tema e o secretário executivo advertiu mais uma vez que não havia quórum na reunião. Diante disso a reunião foi encerrada e este ponto de pauta será apreciado numa próxima reunião. A presente ata foi lavrada e segue assinada pelo secretário executivo do CES, Alexandre de Oliveira Fraga, e pela presidenta, Milene da Silva Weck Terra

Alexandre de Oliveira Fraga  
Secretário Executivo  
Conselho Estadual de Saúde – CES/ES

Milene da Silva Weck Terra  
Presidenta  
Conselho Estadual de Saúde – CES/ES



#### INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 06/01/2021 12:43:06 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)  
por GLAUCIA MARY CANDIDO (TELEFONISTA - DT - SESA - CES)  
Valor Legal: CÓPIA SIMPLES | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2021-61H065>